# V BERKELEY

Fonte secundária principal: Georges Dicker, *Berkeley's Idealism: A Critical Examination*

## 1. Argumentos directos a favor do idealismo

### 1.1. Introdução

* Idealismo de Berkeley:
  + Existem apenas mentes/espíritos e as suas ideias.
  + Não existem objectos físicos/materiais.
* Opõe-se ao materialismo:
  + Que aqui não é a tese segundo a qual *tudo* é físico/material.
  + É a tese mais fraca segundo a qual existem objectos físicos/materiais (distintos das mentes e das suas ideias).

### 1.2. Argumentos iniciais: *Princípios* 1-7

#### 1.2.1. Princípios 1-4

1. Todos os objectos do conhecimento humano são (a) ideias percebidas pelos sentidos ou (b) ideias percebidas introspectivamente ou (c) ideias complexas formadas a partir de (a) ou (b). (PCH1)

* (1) é muito questionável: por que razão não haveremos de crer que, entre os objectos do conhecimento humano, se incluem objectos materiais?
* Em PCH2, Berkeley introduz a tese de que, além das ideias, tem de existir algo que as perceba: uma mente, uma alma, um eu, um espírito.
* Duas primeiras frases de PCH3:

1. Nenhuma ideia ou colecção de ideias — dos tipos (a), (b) ou (c) — pode existir impercebida por uma mente.

* De seguida, Berkeley alega que um conhecimento intuitivo de (2) pode ser obtido considerando o significado “existe” quando o termo é aplicado a coisas sensíveis.
  + Mas o papel do argumento é pouco claro.
  + Pois (2) é óbvia sem qualquer reflexão sobre o significado de “existe”.
* Chegamos assim ao **silogismo inicial**:

1. Todos os objectos do conhecimento humano são (a) ideias percebidas pelos sentidos ou (b) ideias percebidas introspectivamente ou (c) ideias complexas formadas a partir de (a) ou (b).
2. Nenhuma ideia ou colecção de ideias — dos tipos (a), (b) ou (c) — pode existir impercebida por uma mente.
3. Logo, nenhum objecto do conhecimento humano pode existir impercebido por uma mente.

* Em PCH4, Berkeley considera uma reacção óbvia a (3):
  + Coisas como casas, montanhas e rios são objectos do conhecimento humano, mas podem existir impercebidas.
* Em resposta a esta objecção, Berkeley, através de perguntas retóricas, avança o seguinte argumento:

1. Casas, montanhas, rios e outros objectos sensíveis são aquilo que percebemos pelos sentidos.
2. Aquilo que percebemos pelos sentidos são as nossas próprias ideias ou sensações.
3. As ideias ou sensações não podem existir impercebidas.
4. Logo, casas, montanhas, rios e todos os outros objectos sensíveis não podem existir impercebidos.

* Como poderá responder o materialista?
  + (3) parece correcta.
  + À luz do senso comum, aceita-se (1) mas rejeita-se (2).
  + Os lockeanos e cartesianos aceitariam (2), mas rejeitariam (1).
* Para persuadir a “pessoa comum”, portanto, Berkeley teria de justificar (2) — e assim também justificaria a primeira premissa do silogismo inicial.
  + Mas, nos *Princípios*, não tenta fazer isso.
  + Nos *Princípios*, Berkeley visa refutar a posição lockeana/cartesiana — não a posição do senso comum.
* De volta a PCH3: o argumento do significado de “existe” serve, sim,
  + para justificar (4): casas, montanhas, rios e todos os outros objectos sensíveis não podem existir impercebidos.
  + bem como a conclusão do silogismo inicial: nenhum objecto do conhecimento humano pode existir impercebido por uma mente.
* Berkeley alega que “a coisa sensível X existe” significa:

(a) Eu percebo X ou

(b) Em circunstâncias apropriadas, eu perceberia X ou

(c) Uma outra mente percebe X.

* Conclui daqui que as coisas sensíveis não podem existir impercebidas: *esse est percipi*.
* O argumento, mais precisamente, é o seguinte:
* Para qualquer coisa sensível x, x existe **se e só se** (a) eu percebo x OU (b) eu perceberia x em circunstâncias apropriadas OU (c) outra mente percebe x.
* Logo, para qualquer coisa sensível x, x existe **só se** (a) eu percebo x OU (c) outra mente percebe x.
* O argumento é **inválido**: a conclusão não se segue da premissa.
  + Atribua-se o valor de verdade V a “x existe” e a (b)
  + Atribua-se o valor de verdade F a (a) e (c)
* Assim, a premissa é V, mas a conclusão é F.

#### 1.2.2. Princípios 5-7

* PCH5 começa com o “desafio de Berkeley”:
  + Os materialistas julgam conseguir abstrair a existência de um objecto sensível (ou melhor: de uma qualidade sensível) da sua percepção.
  + Mas uma qualidade sensível não pode ser **abstraída/separada** da sua percepção. Porquê?
  + Porque não podemos **conceber** uma qualidade sensível sem ser percebida.
* Mas será que não podemos conceber uma qualidade sensível sem ser percebida?
  + Isto não é convincente para as qualidades primárias.
    - Parece fácil conceber a forma ou a solidez de um objecto a existir quando este não é percebido.
  + Será convincente para as qualidades secundárias?
    - Recordemos a perspectiva de que estas têm dois aspectos: um aspecto disposicional e um aspecto manifesto.
    - Admitida esta distinção, podemos dizer:
      * O aspecto manifesto de uma qualidade secundária a existir quando esta é impercebida, sim, é algo inconcebível.
      * Mas o aspecto disposicional de uma qualidade secundária a existir quando esta é impercebida, não, é algo concebível.
    - Assim, podemos dizer que Berkeley está enganado: é possível abstrair/separar a existência de uma qualidade secundária da sua percepção.
* Outra forma de entender PCH5:

1. Se x existir impercebido é inconcebível, então x existir impercebido é impossível.
2. Uma qualidade secundária a existir impercebida é algo de inconcebível.
3. Logo, uma qualidade secundária a existir impercebida é algo de impossível.

* À luz da perspectiva do duplo aspecto, podemos questionar (2).
* E (1) também é questionável…
* Em PCH7, Berkeley recapitula:

1. Todas as qualidades sensíveis são ideias percebidas pelos sentidos.
2. Nenhuma ideia pode existir impercebida por uma mente.
3. Nenhuma qualidade sensível pode existir impercebida por uma mente. [De (1) e (2)]

* E depois conclui que a mente é a única substância que existe. Como? Podemos reconstituir assim o seu raciocínio:

1. Se nenhuma qualidade sensível pode existir impercebida por uma mente, então nenhuma qualidade sensível pode existir numa substância não-pensante.
2. Se nenhuma qualidade sensível pode existir numa substância não-pensante, então não há qualidades que uma substância não-pensante possua.
3. Se não há qualidades que uma substância não-pensante possua, então uma substância não-pensante não pode *ser* algo.
4. Se uma substância não-pensante não pode *ser* algo, então uma substância não-pensante não existe.
5. Se uma substância não-pensante não existe, então a única substância que existe é a mente.
6. A única substância que existe é a mente. [De (3)–(8)]

### 1.3. O argumento mestre: *Princípios* 22-24

* Tese central de Berkeley:
* A afirmação [(Z): Eu concebo X a existir inconcebido (ou: estou a pensar em X a existir impensado] é uma auto-contradição.
* Portanto, a noção de uma coisa existir inconcebida (ou independentemente de uma mente) é auto-contraditória.
* Mas a matéria, por definição, é algo que pode existir independentemente de uma mente.
* Portanto, a noção de matéria é auto-contraditória.
  + É impossível a matéria existir.
* Será que Z é mesmo uma auto-contradição? Há que distinguir duas interpretações de Z.
* (Za) Eu concebo X a existir sem conceber X.
* (Za) é uma auto-contradição.
  + Pois consiste em dizer “Eu concebo X a existir e (ao mesmo tempo) não concebo X”.
  + Mas isto não mostra que a noção de uma coisa a *existir* inconcebida é contraditória.
  + O facto de (Za) ser auto-contraditória mostra apenas que a noção de uma coisa a existir concebida e inconcebida é contraditória.
* (Zb) Eu concebo X a existir sem conceber X a ser concebido.
* Ou seja:
  + Eu concebo X a existir sem conceber que X é concebido por mim ou por outra pessoa.
  + Eu concebo X a existir sem conceber X *enquanto* algo concebido.
* Se (Zb) *fosse* auto-contraditória, a posição de Berkeley estaria justificada.
  + Pois, nesse caso, a noção de X a existir sem ninguém a conceber X seria uma noção auto-contraditória.
  + E se a noção de X existir sem ninguém a conceber X fosse auto-contraditória, seria impossível X existir sem alguém a conceber X — sem X estar relacionado com uma certa mente.
* Acontece que (Zb) não é auto-contraditória.
  + Posso conceber X a existir sem conceber X a ser concebido.
  + Posso pensar numa árvore (e.g.) sem pensar também que essa árvore está a ser pensada por mim ou por outra pessoa.
* Para clarificar esta crítica, Dicker (p. 143) propõe uma analogia.
* Consideremos a teoria: ser é ser fotografado.
* Um defensor desta teoria alega que F é uma auto-contradição:

(F) Estou a fotografar X a existir infotografado.

* Portanto, diz o defensor da teoria, uma coisa não pode existir infotografada, isto é, independentemente de uma máquina fotográfica.
* Mas (F) é ambígua…

(Fa) Estou a fotografar X a existir sem fotografar X.

(Fb) Estou a fotografar X a existir sem fotografar X (a ser) fotografado.

* (Fa) é uma auto-contradição:
  + Não posso estar simultaneamente a fotografar e a não fotografar X!
  + Mas isto não prova que X não possa existir infotografado.
* Se (Fb) fosse uma auto-contradição, seria impossível fotografar X sem existir, *na imagem*, uma máquina a fotografar X.
  + Se (Fb) fosse auto-contraditória, portanto, isso mostraria que X não pode existir infotografado.
  + Mas, manifestamente, (Fb) não é auto-contraditória.

## 2. Argumentos indirectos a favor do idealismo

### 2.1. O princípio da semelhança: *Princípios* 8

8. Mas pode-se alegar que, embora as ideias por si não existam fora da mente, pode haver, contudo, coisas semelhantes a elas das quais elas são cópias ou imagens |resemblances|; coisas que existem fora da mente em uma substância não pensante. Respondo que uma ideia não pode ser semelhante a nada a não ser a uma ideia; uma cor ou figura não pode ser semelhante a nada a não ser a outra cor ou figura. Se examinarmos um pouco nossos pensamentos, descobriremos que nos é impossível conceber uma semelhança exceto entre nossas ideias. Mais uma vez pergunto se os supostos originais ou coisas externas, dos quais nossas ideias seriam imagens ou representações, são perceptíveis ou não. Se são, então são ideias, e nós confirmamos nossa tese; mas se se alegar que não o são, desafio qualquer um a pensar se faz sentido afirmar que uma cor é semelhante a algo invisível, ou que duro e macio são qualidades semelhantes a algo intangível; e assim por diante.

Berkeley, George. Obras Filosóficas De Berkeley (p. 62). Edição do Kindle.

* Segunda parte de PCH8: a partir de “Mais uma vez pergunto…”
  + Aqui Berkeley tem em vista somente as teorias representativas da percepção segundo as quais os objectos materiais são imperceptíveis e só as ideias são perceptíveis.
  + Mas um defensor do representacionalismo pode defender que os objectos materiais são perceptíveis: ainda que não imediatamente.
    - X é **percepcionado *imediatamente*** =df X é percepcionado de tal maneira que a sua existência e natureza podem ser conhecidas unicamente a partir de uma dada experiência perceptiva.
  + Aqui Berkeley refutará, então, apenas algumas versões da teoria representativa.
* Na parte inicial de PCH8, pelo contrário, encontra-se um argumento que poderá refutar qualquer versão de representacionalismo, dado que quem defende uma teoria representativa presume *sempre* que as ideias representam objectos materiais *assemelhando-se* a eles. E Berkeley alega:

Uma ideia só pode assemelhar-se a outras ideias. **(PS: Princípio da Semelhança)**

Logo, uma ideia não pode assemelhar-se a um objecto material.

* Mas por que razão Berkeley aceita PS?
* Uma reconstituição do seu raciocínio:

1. Tudo aquilo que é perceptível só pode assemelhar-se a algo perceptível.
2. Tudo aquilo que é perceptível é uma ideia.
3. Tudo aquilo que é uma ideia é perceptível.
4. Tudo aquilo que é uma ideia só pode assemelhar-se a algo perceptível. [De (A) e (C)]
5. Tudo aquilo que só pode assemelhar-se a algo perceptível só pode assemelhar-se a uma ideia. [De (B)\*]
6. Tudo aquilo que é uma ideia só pode assemelhar-se a uma ideia. [De (D) e (E)]

\*A inferência de (B) para (E) é como:

* Todos os cavalos são animais. Logo, todas as cabeças de cavalos são cabeças de animais.
* Todas as vacas são mamíferos. Logo, todas as criaturas que só se assemelham a vacas são criaturas que só se assemelham a mamíferos.
* Como poderá o representacionalista reagir a este argumento?
  + Insistindo na distinção entre percepção imediata e percepção mediata.
  + À luz desta distinção, ele só aceitará as premissas do argumento nesta versão reconstruída:

1. Tudo aquilo que é imediatamente perceptível só pode assemelhar-se a algo perceptível.
2. Tudo aquilo que é imediatamente perceptível é uma ideia.
3. Tudo aquilo que é uma ideia é imediatamente perceptível.
4. Tudo aquilo que é uma ideia só pode assemelhar-se a algo perceptível. [De (A) e (C)]
5. Tudo aquilo que só pode assemelhar-se a algo imediatamente perceptível só pode assemelhar-se a uma ideia. [De (B)]
6. Tudo aquilo que é uma ideia só pode assemelhar-se a uma ideia. [De (D) e (E)]

* O problema é que este novo argumento é inválido: (F) (o Princípio da Semelhança) *não* se segue de (D) e (E).

### 2.2. Qualidades primárias e secundárias: *Princípios* 9-15

* PCH9 introduz a distinção qualidades primárias/secundárias.

#### 2.2.1. O argumento da abstracção: Princípios 10

Não obstante, desejaria que todos refletissem e tentassem ver se podem, por uma abstração mental, conceber a extensão e o movimento de um corpo sem todas as outras qualidades sensíveis. De minha parte, vejo com clareza que não está em meu poder formar uma ideia de um corpo extenso e em movimento a não ser que lhe atribua alguma cor ou outra qualidade sensível que, admite-se, existe só na mente. Em resumo, extensão, figura e movimento abstraídos de todas as demais qualidades são inconcebíveis. Portanto, onde as demais qualidades estão, deverão estar também as primárias, ou seja, na mente e em nenhum outro lugar.

Berkeley, George. Obras Filosóficas De Berkeley (p. 64). Edição do Kindle.

1. Se as qualidades primárias não podem ser abstraídas das secundárias, então as qualidades primárias não podem existir independentemente das secundárias.
2. As qualidades primárias não podem ser abstraídas das secundárias.
3. As qualidades secundárias são apenas sensações ou ideias que só existem na mente.
4. Logo, as qualidades primárias só existem na mente.

* Um lockeano rejeitará (3), identificando qualidades secundárias com poderes do objecto ou subscrevendo a perspectiva do duplo aspecto.

#### 2.2.2. Argumento da relatividade perceptiva: Princípios 11-15

* PCH14 e começo 15 contêm o mais importante.

15. Em suma, quem considerar esses argumentos – os quais provam manifestamente que cores e sabores existem só na mente – descobrirá que eles podem, com igual força, ser aduzidos para provar a mesma coisa a respeito da extensão, da figura e do movimento.

Berkeley, George. Obras Filosóficas De Berkeley (p. 67). Edição do Kindle.

* Se, como pensa o lockeano, as qualidades secundárias são dependentes da mente em virtude da sua relatividade perceptiva, então as qualidades primárias também são dependentes da mente.
* Pois também estas últimas estão sujeitas à relatividade perceptiva.
* Réplica: as qualidades secundárias não são dependentes da mente.
  + Uma coisa pode *parecer* vermelha, doce, etc., mas *ser* azul, amarga, etc.

### 2.3. Substrato: *Princípios* 16-17

* A matéria, alega Berkeley, teria a extensão como propriedade básica.
* A matéria seria, então, o substrato que suporta a extensão.
* Mas não podemos ter qualquer ideia deste substrato.
* A própria noção de matéria, portanto, é ininteligível.
* Berkeley, contudo, ignora a possibilidade de o materialista conceber os corpos materiais como simples agregados de propriedades, sem qualquer substrato.

### 2.4. O argumento epistemológico: *Princípios* 18-20

* Mesmo que existissem objectos materiais, não poderíamos sabê-lo.

1. Se sabemos que existem coisas materiais, então sabemo-lo (a) percebendo-as imediatamente pelos sentidos ou (b) inferindo a sua existência a partir do que é percebido imediatamente pelos sentidos.
2. Não sabemos que existem coisas materiais percebendo-as imediatamente pelos sentidos.
3. Se sabemos que existem coisas materiais, então sabemo-lo inferindo a sua existência a partir do que é percebido imediatamente pelos sentidos. [De (1) e (2)]
4. A nossa única evidência de que existem coisas materiais — as nossas sensações ou ideias — poderia ser exactamente igual mesmo que não existissem coisas materiais.
5. Se (4) é verdadeira, então não sabemos que existem coisas materiais inferindo a sua existência a partir do que é percebido imediatamente pelos sentidos.
6. Não sabemos que existem coisas materiais inferindo a sua existência a partir do que é percebido imediatamente pelos sentidos. [De (4) e (5)]
7. Não podemos saber que existem coisas materiais. [De (1), (2) e (6)]

## 3. Mente e Deus

### 3.1. O conceito de mente

* Berkeley tem pouco a dizer sobre o conceito de mente (veja-se PCH 27, 89, 138):
  + Uma mente é uma *substância* espiritual.
  + Uma substância mental/espiritual não tem extensão, é simples e é *activa*.
  + Tem dois tipos de actividades: perceber/percepcionar e querer.
* Na verdade, Berkeley insiste que não temos qualquer *ideia* da mente.
  + Veja-se PCH 27 e 137.

1. Os espíritos ou mentes são activos.
2. As ideias são passivas.
3. As mentes são profundamente diferentes das ideias. [De (1) e (2)]
4. Uma ideia pode representar X só se for *como* X — assemelhando-se a X.
5. Nenhuma ideia pode representar uma mente. [De (3) e (4)]

* Ainda assim, temos uma *noção* de mente: entendemos o que “mente” significa. (PCH 140, 142).

### 3.2. Argumentos a favor das substâncias mentais

* Berkeley acredita na existência de *substâncias* mentais.
* Um dos seus argumentos a favor da substância mental — o **argumento da dependência ontológica** — surge em várias secções dos PCH: 2, 89, 91, 135.

1. Existem ideias.
2. A existência de uma ideia **depende** de ela ser percebida por uma substância mental.
3. Logo, existem substâncias mentais

* Um argumento mais desenvolvido — o **argumento da dependência causal** — é apresentado em PCH 25 e 26.

1. As ideias contêm só aquilo que é percebido nelas.
2. Nenhuma força, poder ou agência é percebida numa ideia.
3. Nenhuma ideia contém qualquer força, poder ou agência. [De (1) e (2)]
4. Nenhuma ideia pode causar ou produzir outra ideia, ou fazer ou causar seja o que for. [De (3)]
5. Percebemos uma sucessão contínua de ideias.
6. Estas ideias têm de ter uma causa.
7. Esta causa não pode consistir noutras ideias ou em combinações de ideias. [De (4)-(6)]
8. Esta causa tem de ser uma substância. [De (7)]
9. Não existem substâncias materiais.
10. Esta causa tem de ser uma substância mental. [De (8) e (9)]

* (1) baseia-se no princípio cartesiano de que os conteúdos dos nossos próprios pensamentos são-nos perfeitamente acessíveis.
* Em (2) Berkeley parece adoptar uma concepção imagética das ideias: estas são imagens mentais.
  + E uma força ou um poder não podem ser literalmente representados (numa imagem/ideia).

### 3.3. O argumento da passividade a favor da existência de Deus

* Em PCH 28, 29 e 146, o argumento da dependência causal prolonga-se, resultando no **argumento da passividade** a favor da existência de Deus.

1. Esta causa [das ideias que percebemos] tem de ser uma substância mental.
2. Nós, seres humanos, produzimos voluntariamente algumas das nossas ideias, mas muitas das nossas ideias — as ideias dos sentidos — não dependem da nossa vontade e não são causadas por nós.
3. A causa destas ideias tem de ser outra mente. [De (10) e (11)]
4. As ideias causadas por esta mente exibem um grau extraordinário de regularidade, ordem e beleza, especialmente no domínio dos seres vivos.
5. Esta mente é Deus. [De (13)]

* Temos aqui — de (13) para (14) — um **argumento teleológico**: a ordem teleológica no mundo indicia um agente que criou o mundo com um propósito ou finalidade.

### 3.4. Implicações do princípio da passividade das ideias

* **Só as mentes podem ser causas.**
  + A causalidade é entendida segundo o modelo de uma mente causar ideias, *querendo* fazê-las existir. (PCH 28, 102, 105, 107)
  + Deus tem a capacidade de produzir directamente ideias *noutras* mentes.
* Sendo a natureza apenas um vasto sistema de ideias, **não existem causas na natureza.**
  + Todas as ideias dos sentidos são causadas por Deus, que as imprime nas mentes humanas de forma ordenada. (PCH 150)
* Uma **lei da natureza**, então, é apenas uma regularidade permanente na forma como Deus escolheu causar ideias dos sentidos em nós. (PCH 30)
* Deus cria em nós esses padrões regulares de ideias *para* nosso benefício — *para* que possamos fazer previsões e agir em função de propósitos. (PCH 31)
* É apropriado, então, explicar acontecimentos naturais em termos de **causas finais**. (PCH 107)

### 3.5. Agência humana

* Se as ideias dos sentidos são causadas por Deus, parece que não somos os verdadeiros agentes daquilo que fazemos.
  + Quando levanto o braço (e.g.), esse movimento consiste, segundo Berkeley, numa certa mudança num grupo de ideias dos sentidos.
  + Essa mudança foi causada *directamente* por Deus.
  + Então como posso ter sido *eu* o agente desse acto?
* Berkeley responde no *Terceiro Diálogo*, pp. 212-213 (edição INCM)

### 3.6. Realidade e aparência

* Como distinguir corpos (objectos reais) de objectos imaginários, sonhos e alucinações?
  + Todas estas coisas, afinal, são apenas ideias nas nossas mentes.
* Berkeley responde a este problema também no *Terceiro Diálogo*, p. 211. (edição INCM)
  + As ideias criadas pela imaginação dependem da nossa vontade.
  + A razão da involuntariedade das ideias que constituem coisas reais é o facto de elas serem impressas em nós por outra mente.
  + As ideias que constituem corpos são mais vívidas e claras.
  + As ideias que temos em sonhos são irregulares e confusas.

### 3.7. Continuidade e intermitência

* A teoria de Berkeley parece implicar, absurdamente, que os objectos têm uma existência intermitente:
  + Deixam de existir quando deixamos de os perceber.
  + Voltam a existir quando voltamos a percebê-los.
* Em PCH 45, Berkeley parece disposto a aceitar a intermitência.
* Em PCH 48, contudo, Berkeley oferece uma resposta teológica à objecção da intermitência:
  + Mesmo quando nós deixamos de perceber um objecto, Deus *poderá* continuar a percebê-lo — e assim ele poderá existe continuamente.
  + Berkeley (no *Segundo Diálogo*, p. 181, e no *Terceiro Diálogo*, p. 205) transforma esta réplica num argumento — o **argumento da continuidade** — a favor da existência de Deus.
* Consideremos as seguintes proposições para entender a posição de Berkeley:

1. Os objectos são colecções de ideias.
2. As ideias existem só quando são percebidas por uma mente.
3. Os objectos não são percebidos continuamente por mentes finitas.
4. Os objectos existem continuamente (i.e., continuam a existir mesmo quando nenhuma mente finita os percebe).
5. Existe uma mente infinita que percebe continuamente os objectos.

* De acordo com a objecção da intermitência, (1)–(3) são incompatíveis com (4).
* Em PCH 48, Berkeley alega que não há incompatibilidade porque (5) pode ser verdadeira.
* Nos *Diálogos*, propõe o **argumento da continuidade** a favor da existência de Deus: chegamos a (5) a partir de (1)-(4).
* Mas parece existir aqui uma circularidade:
  + Ao responder à objecção da intermitência, Berkeley parece usar (5) para justificar (4):
    - Os objectos existem continuamente porque existe uma mente infinita que os percebe continuamente.
  + Mas depois usa (4) para justificar (5):
    - Existe uma mente infinita que percebe continuamente os objectos porque (entre outras coisas) estes existem continuamente.
* Pode-se alegar que Berkeley usa (5) não para justificar (4), mas para mostrar que (4) é compatível com (1)-(3).
  + Como (5) *pode* ser verdade, é possível que (1)-(4) sejam todas verdadeiras.
* No entanto, contra Berkeley, pode-se alegar o seguinte:
  + Ainda que (1)-(4) sejam compatíveis, quem aceita (1)-(3) não pode presumir que, de facto, (4) é verdade.
  + E assim Berkeley não pode usar (4) como premissa no argumento da continuidade.

### 3.8. Intersubjectividade

* Como podem dois ou mais percipientes percepcionar o *mesmo* objecto?

1. Os objectos/corpos são apenas colecções de ideias/sensações.
2. **Nenhuma ideia ou sensação pode ser percebida por duas ou mais mentes.\***
3. Logo, nenhum objecto/corpo pode ser percebido por duas ou mais mentes.

**\*Princípio da impartilhabilidade das ideias (PII)**

* Como poderá Berkeley rejeitar PII?
* Uma hipótese:
  + Deus percebe todas as ideias.
  + Quando uma mente finita, M1, percebe uma certa ideia, essa ideia é uma das ideias de Deus.
  + Deus e M1, portanto, podem partilhar ideias — chegamos assim à negação de PII.
  + Se uma ideia em M1 pode ser idêntica a uma ideia na mente divina e essa ideia na mente divina pode ser idêntica a uma ideia noutra mente finita, M2, (por que não?) então uma ideia em M1 pode ser idêntica a uma ideia em M2.
    - Mesmo mentes finitas podem partilhar ideias.
* Mas Deus *percebe* todas as ideias?
  + Pode parecer que isso é exigido pela sua omnisciência.
  + Mas Deus pode ter conhecimento das nossas ideias tendo as suas próprias ideias das nossas ideias — e não partilhando ideias connosco.
* Outra hipótese: alegar que o argumento é inválido.
  + Para perceber um objecto, não temos de perceber todas as suas partes.
  + Um objecto pode ser composto por ideias de percipientes diferentes.
  + Assim, ainda que (1) e (2) sejam verdadeiras, vários percipientes podem perceber o mesmo objecto — percebendo partes diferentes dele.
* Perante esta alegação, podemos rever o argumento:

1. \* Os elementos constituintes de um objecto são apenas ideias ou sensações.
2. Nenhuma ideia ou sensação pode ser percebida por duas ou mais mentes.
3. \* Logo, nenhum elemento constituinte de um objecto pode ser percebido por duas ou mais mentes.

* E (3) parece absurda: os objectos são compostos por elementos que não são publicamente perceptíveis.
* Além disso, (4):
  + Se nenhum elemento constituinte de um objecto pode ser percebido por duas ou mais mentes, nenhum objecto pode ser percebido por duas ou mais mentes.
  + Voltamos assim a (3): pois (4) e (3)\* implicam (3).